

**COMISSÃO DE CULTURA**  
**REQUERIMENTO Nº DE 2019**  
**(Da Sra. ÁUREA CAROLINA)**

Requer a realização de Audiência Pública “Os Impactos da Extinção do Ministério da Cultura” para discutir a situação da Política Cultural do país e dos antigos setores do Ministério da Cultura e seus órgãos vinculados, após a MP 870/2019.

Senhora Presidenta,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública “Os Impactos da Extinção do Ministério da Cultura” para esclarecimento da situação da Política Cultural do país e dos antigos setores do Ministério da Cultura e de seus órgãos vinculados após extinção do Ministério da Cultura e sua absorção, em parte, pelo Ministério da Cidadania, por meio da MP 870/2019.

- Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania - Henrique Pires;
- Secretário Adjunto de Cultura (ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura) – José Paulo Soares Martins;
- Doutor em Políticas Culturais pela UFBA e ex—membro do Conselho Nacional de Cultura - Antonio Albino Canelas Rubim;
- Representante do Instituto Brasileiro de Museus;
- Ex-coordenador da Casa de Patrimônio do João Pessoa e Especialista em Gestão de Patrimônio - Átila Tolentino;

- Ex-presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, Doutora em História e pesquisadora de políticas pública - Lia Calabre;
- Presidente da Associação de Servidores da Biblioteca Nacional - Luciana Muniz;
- Presidente da Asminc - Associação de Servidores do Ministério da Cultura - Sérgio Pinto ;
- Ex-Ministro da Cultura - Juca Ferreira
- Ex-Secretário Executivo do Ministério da Cultura - João Brant;
- Secretário de Cultura do Estado do Ceará e Presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura - Fabiano dos Santos Piúba;
- Cida Falabella - Artista de teatro e vereadora pelo PSOL-BH;
- Afonso Borges - Escritor e Produtor Cultural;
- Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura;
- Liderança Indígena da APIB - Sônia Guajajara.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O governo anunciou a “fusão” do Ministério da Cultura - MINC com o Ministério da Cidadania, o que se consolidou na MP 870/2019, com a mentirosa desculpa de economia para o país. Mentira que cai com a simples análise dos dados do próprio governo, constantes do ANEXO III do Decreto 9.674/2019, dispondo sobre cargos. Os números mostram claramente que haverá uma economia de cerca de apenas 2% no valor gasto com cargos e funções. Valor que deve ser ainda menor, se considerarmos que o governo misturou parte dos cargos extintos no Ministério do Trabalho, nos dados do ANEXO III.

O que ocorreu, na prática, foi a extinção do Minc, já que praticamente só foram para o novo ministério as áreas fins. O que ele está fazendo é destruir parte do MINC, anexando somente algumas áreas ao antigo Ministério de Desenvolvimento Social, cuja Secretaria-Executiva foi mantida, em detrimento da Secretária-Executiva da Cultura.

Com isso, setores como a parte internacional de cultura do MINC serão totalmente destruídas, com exoneração de todos os seus servidores. Isso afeta toda a memória e projetos internacionais da área cultural. Não se sabe o que vai ocorrer ainda com o Sistema Nacional Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que era ligada à secretaria-executiva do MINC e foi extinta também, justamente com todas as áreas meio.

Servidores do Ministério da Cultura têm se mostrado preocupados por não acreditarem que mesmo a estrutura mínima mantida pelo atual governo seja mantida.

Não é de hoje que se tenta acabar com o MINC. O governo de Michel Temer tentou fazer o mesmo, chegando a editar MP para extinguir o órgão, mas teve de voltar atrás ao perceber que a sociedade brasileira não tolera ser desrespeitada em sua essência que, mais do tudo, emerge através da cultura do País.

Não obstante, o governo Temer, apesar de recriar o MINC, desmantelou-o grandemente. Os incentivos à cultura representaram, em seu governo, somente 1,46% dos incentivos dados em todas as áreas do governo federal. Os próprios servidores do MINC denunciavam, à época, cortes inconstitucionais de cerca 40% no orçamento, o que fere o Artigo 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura, e determina, em seu parágrafo primeiro, inciso XII, que haja “ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura”, e não sua redução.

Em valores calculados de acordo com o IPCA de 2017, a dotação autorizada da Cultura atingiu R\$ 4,5 bilhões em 2013, ou seja, no governo Dilma, caindo para menos de R\$ 4 bilhões em 2015 e para R\$ 2,7 bilhões em 2017. O Fundo Nacional da Cultura também não tem recebido os 3% do valor bruto arrecadado pela Loteria Federal, conforme previsto no Artigo 5.o. da Lei 8.313, de 1991. Ou seja, os recursos só minguam.

Isso também significa que o MINC, mesmo tendo sido recriado por Temer, nunca retomou plenamente suas atividades. Dessa forma, sugerimos a realização de audiência pública para melhor análise de como ficou de fato, a situação da área cultural no governo Bolsonaro, de maneira que possamos avaliar também melhor os impactos do desmantelamento do MINC.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2019.

**ÁUREA CAROLINA**

Deputada Federal – PSOL/MG